



Acordo possibilita audiências do Orçamento Regionalizado

Em reunião de líderes, na tarde de terça-feira (11), chamada e comandada pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), foi revista a decisão da Comissão de Finanças e Tributação, que aprovou encaminhamento

do deputado Afrânio Boppré e parte da bancada petista para suspender as audiências públicas sobre o Orçamento Regionalizado. Previstas pela Constituição Estadual, essas audiências tiveram apenas seu calendário revisto, reduzindo de 29 para dez o número de reuniões, como no ano passado, contando com a participação do Executivo.

Depois de selado o acordo, as lideranças das bancadas, Morastoni, a secretária-adjunta do Planejamento, Orçamento e Gestão, Anita Pires, e a coordenadora do Orçamento Regionalizado da Alesc, Maria Helena Diniz, reuniram-se para definir como e onde serão realizadas

Onde e quando acontecem:

Data	Municípios
31/05	Maravilha e Joinville
01/06	Xanxerê e Itajaí
02/06	Joaçaba e Rio do Sul
03/06	Caçador e Criciúma
04/06	Lages e São José

as audiências do Orçamento Regionalizado deste ano.

“Serão feitos dois trabalhos por dia, pela manhã e à tarde, em cidade que englobe três regionais. Iniciaremos as viagens na segunda-feira, dia 31, e terminaremos na sexta-feira, 4 de junho”, informou o presidente. Duas equipes da Alesc farão as reuniões simultaneamente (veja quadro).

Além de verificar as prioridades, essas audiências também servirão para apresentar o que foi lícito e executado até agora pelo governo estadual da lista de obras essenciais definidas no ano passado. (TK)



Lideranças das bancadas com Morastoni, durante o encontro que manteve as audiências públicas

CPI da Casan

Depois de ouvir depoimentos de técnicos que trabalham nas áreas de tratamento de água, esgoto, segurança e higiene da Casan, na segunda-feira (10), a CPI inquiriu na quinta-feira (13) Egídio Schio, Elói José Finger, Waldomiro Ronnan e Dirceu Gavazoni, todos funcionários ou aposentados da Casan. Os depoentes receberam quantias vultuosas referentes a ações trabalhistas.

Página 4



Governador recebeu chefes dos outros poderes para tratar do duodécimo

Repasse constitucional

Uma comissão formada pelo pessoal da área técnica da Assembléia Legislativa irá se reunir com representantes da Secretaria Estadual da Fazenda e verificar a possibilidade de manter o aumento escalonado até 2005, previsto em lei, para o repasse dos valores constitucionais devidos aos poderes e que não constam na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2005. O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), considera que houve avanços na negociação com o Executivo, depois do encontro no dia 10, para que os poderes não percam receita, prejudicando as atividades do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

Na reunião, o Executivo colocou para análise dos chefes dos poderes a possibil-

idade de encaminhamento para votação de lei semelhante a uma existente no Rio Grande do Sul, em que o Estado poderia utilizar até 70% dos recursos financeiros dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios, defensoria dativa e até mesmo para suprir parte do aumento de 0,25% previsto para reajuste no percentual do Tribunal de Justiça. Os outros 30% restantes ficariam em conta como garantia de movimentação. Caso os valores não fossem suficientes para os pagamentos determinados pela Justiça, o Estado teria até 24 horas para efetuar o depósito. A medida não garantiria o repasse com aumento aos poderes, mas poderia criar um alívio na caixa do governo, abrindo a possibilidade de cumprimento da lei, explicou Imar Rocha, procurador do Estado. (SD)

As armas do PSDB

Não é à toa que a mídia nacional vem dando espaço para as declarações do ex-presidente FHC e do candidato derrotado à presidência da República, José Serra. Por oito anos consecutivos, o PSDB e FHC levaram o país para um verdadeiro atoleiro, conduzido por uma política neoliberal. Naqueles longos oito anos, o povo brasileiro ficou em último plano. As oligarquias (leia-se imprensa nacional), que sempre impediram no país, aproveitaram-se do slogan de FHC, "Avança Brasil", e cresceram ainda mais. Políticas públicas de inclusão social foram abandonadas ou não saíram dos gabinetes.

Em entrevista recente à imprensa, o ex-presidente Fernando Henrique disse que o país está sem rumo. Certamente, não é o rumo que as oligarquias – o lado direito da política brasileira – desejavam para continuar se locupletando no poder, como foi na gestão do neoliberal FHC, Serra e tantos outros ligados ao PSDB. Hoje, grande parte da imprensa nacional não está satisfeita com a política adotada pelo governo Lula e se utiliza de expoentes da direita conservadora, como FHC e Serra, para criticar um país que está no rumo certo.

Apesar de toda a tentativa de desestruturar o governo Lula e das armas utilizadas pelos conservadores, o ex-ministro do Planejamento de FHC, Pedro Malan, falou em recente entrevista

publicada na imprensa catarinense que o atual ministro da Fazenda, Antônio Palocci, está no caminho certo, fazendo referência à política econômica do governo Lula. Isto prova que dentro do próprio PSDB existem divergências com relação à atuação do governo democrático de Lula. O ex-ministro fala que Palocci "vem mantendo uma postura coerente, consistente. As críticas fazem parte do processo, porque todo mundo, eu inclusive, gostaria que tudo estivesse resolvido".

Quando as críticas são construtivas, ganha o governo em exercício e o povo brasileiro. Por outro lado, quando elas surgem em ano eleitoral, precisamos ficar atentos à tentativa de desestabilização política, econômica e gerencial do nosso Brasil. Ressuscitar FHC e Serra, neste momento, é uma clara demonstração de desespero e uma tentativa de atingir não só o governo Lula, mas o PT, que, mais uma vez, vai sair vitorioso numa eleição.

Hoje, o rumo do país está na direção contrária aos interesses de meia dúzia ou de apenas um partido, como acontecia no governo do PSDB de FHC, Serra e Companhia. O próprio presidente Lula repete, todos os dias, o compromisso ético assumido com o povo brasileiro: realizar as mudanças necessárias para o crescimento e desenvolvimento do país como um todo.

Deputado estadual Wilson Vieira-Dentinho (PT)

Denúncia vazia

Na edição do AL Notícias de 30 de abril, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do atual governo na Assembléia Legislativa, disse que o governo passado desviou recursos que deveriam ter sido aplicados exclusivamente no IPESC. O leitor conhece o deputado. Por isso, a surpresa da denúncia não ter sido sucedida de um pedido de CPI!

A história é a seguinte: dezembro de 1995. Começava o atraso de salários. Em agosto de 1997, o primeiro parcelamento. A maior parte do 13º referente a 97 foi paga em outubro de 1998. Mas o pior estava por vir, recrudescendo o pesadelo dos servidores do Executivo. Naquele mês, os salários acima de 500 reais não foram pagos. Nada do salário na conta. O governo não depositara. Novembro e dezembro foram piores. Ninguém no Executivo recebeu salários. Foram dias difíceis em muitos lares catarinenses.

O governo Amin, ao assumir, colocou em prática o compromisso de priorizar salários.

Começou pagando o de janeiro ainda no próprio mês e elaborou um cronograma de devolução dos atrasados – cerca de 330 milhões de reais. Desta quantia, perto de R\$ 100 milhões vieram do IPESC, decorrentes da federalização da sua dívida, mensalmente, dentro do cronograma. Este, o "desvio de recursos". O dinheiro foi utilizado para honrar salários atrasados pelo governo do PMDB!

Recentemente, o Tribunal de Contas do Estado solicitou que o Executivo estabeleça um cronograma de devolução ao IPESC. É justo. Em 1998, o PMDB atrasou salários. Agora o PMDB paga pela irresponsabilidade e incompetência passadas. De ora em diante a oposição dirá que o governo anterior pagou apenas 230 milhões de reais em salários atrasados! Quanto ao cronograma que o TCE cobra do Executivo, não vale exceder a dezembro de 2006. Por razões óbvias. Expira o prazo de validade deste governo.

Deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP)

Cultura açoriana

Artista plástica Soli está expondo, desde o último dia 10, na Galeria de Arte Meyer Filho, em mostra denominada "O Despertar Nativo e a Cultura Açoriana". Natural de Palhoça, a artista foi incentivada a pintar pelas freiras franciscanas de São José, onde se radicou.

Sempre usando cores alegres que exprimem alegria e sensibilidade, dedicou-se à arte

profissional a partir de 1994. Vários temas chamam a sua atenção, entre eles os diferentes tipos humanos da cultura, economia e etnia catarinense. Seus estilos são o floral, abstrato, paisagem, esportes, natureza morta, obras sacras, colonizadores e figuras humanas. O folclore e a tradição dos povos que habitam em harmonia no Estado também fazem parte do seu estilo. (GMP)

Recital de aniversário

Banda Sociedade Musical União dos Artistas, em comemoração aos seus 144 anos de fundação, ofereceu um recital na quarta-feira (11), às 19 horas, no hall da Assembléia Legislativa. Com sede no município de Laguna, foi fun-

dada no dia 3 de maio de 1860 pelo maestro Luiz Augusto Werner.

A banda desenvolve programações sociais que aproximam da comunidade e contribui para a formação artístico-cultural de Laguna. (GMP)



Presidente da Alesc, Volnei Morastoni, foi homenageado pela banda

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Daniel Ramos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Homenagem aos enfermeiros

Na noite do dia 12 de maio, Dia Internacional do Enfermeiro, a categoria recebeu homenagem em sessão solene requerida pela deputada Ana Paula Lima (PT) e presidida pelo deputado Romildo Tilton (PMDB). Enfermeira, graduada pela Univali, a parlamentar foi a primeira profissional da área eleita para um mandato no Legislativo catarinense. "Por isso, considero muito gratificante podermos estar



Irmã Cacilda, Carmem Zanotto e a deputada Ana Paula durante a sessão

reunidos nesta noite, no Plenário desta Casa, para homenagear os profissionais de enfermagem e destacadas lideranças de nossa categoria"

A parlamentar disse que o 12 de maio também se relaciona com o dia do nascimento da inglesa Florence Nightingale, célebre precursora da enfermagem moderna e ponto de referência no ensinamento da enfermagem

apoiada em fundamentos científicos. "A data marca ainda o início da Semana Brasileira de Enfermagem, instituída pelo presidente Juscelino Kubitschek, com término no dia 20, data em que faleceu Ana Néri, a primeira enfermeira brasileira voluntária de guerra", rememorou.

Desenvolvimento - Na lista dos homenageados da noite, a Aben (Associação Brasileira

de Enfermagem), é responsável, há 78 anos, por ampla programação científica na semana de enfermagem em todas as regiões do país. A irmã Cacilda Hammes, fundadora da instituição, graduada em enfermagem em 1956, no Rio de Janeiro, descreveu aos participantes como foi o desenvolvimento da enfermagem em Santa Catarina. "Em abril de 1956, comecei a

exercer minhas funções como enfermeira na Maternidade Carmela Dutra, depois fui para o Hospital de Caridade e a seguir trabalhei em outros hospitais do Estado. Naquela época, quem usava avental branco ou realizava qualquer atividade parecida era chamado de enfermeiro. Hoje, as coisas estão mudando, todos estão se aperfeiçoando para fazer o melhor para os que precisam desses serviços."

Segundo a presidente da Associação, Angela Alvarez, mais de 60% dos trabalhadores da área da Saúde são enfermeiros, téc-

nicos em enfermagem ou enfermeiros auxiliares. "Nossos salários não são condizentes com os serviços prestados. Temos baixos salários, por isto vários trabalhadores da área têm que buscar por um segundo ou terceiro emprego", desabafou. Para a enfermeira e secretária-adjunta da Secretaria Estadual da Saúde, Carmem Emília Bonfá Zanotto, é necessário que toda a história da enfermagem seja documentada em forma de livro. "Esta obra será fundamental para os estudantes de enfermagem. Além disso, precisamos lutar por uma renda mais digna que não nos obrigue a emendar um plantão em outro. (DAB)

Dia da Vitória



Os deputados Agostini e Morastoni com as medalhas

As Forças Armadas brasileiras comemoraram no último dia 7, no Santuário Nossa Senhora de Fátima, no bairro Estreito, o 59º aniversário da vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial. A data é comemorada anualmente no dia 8 de maio em todo o mundo como o "Dia D", o Dia da Vitória. Durante a solenidade, foram condecoradas e distinguidas com diploma 13 pessoas, entre elas o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Volnei Morastoni (PT), o governador Luiz Henrique da Silveira, representado pelo se-

cretário da Administração, Marcos Vieira, o deputado Onofre Agostini (PFL), vice-presidente da Casa, e a prefeita de Florianópolis, Ângela Amin.

Durante a celebração, que homenageava os ex-combatentes da FEB (Força Expedicionária Brasileira), o presidente da Alesc foi premiado com a Medalha do Mérito dos ex-combatentes, condecoração do mais alto grau. Segundo Gilberto Nahas, presidente da Associação dos Ex-combatentes de Santa Catarina, Morastoni recebeu a medalha por ter contribuído na criação de leis que apóiam a entidade. (EAS)

Goulart é 4º secretário

O deputado Genésio Goulart (PMDB) foi eleito em plenária na tarde do dia 11 para ocupar a vaga de 4º secretário da Mesa da Assembleia Legislativa. O parlamentar, que disputou o cargo com o deputado Valmir Comin (PP), recebeu 24 votos em favor de sua candidatura. Comin teve 12 votos e houve 1 em branco, totalizando 37 votos.

De acordo com o Regimento Interno, capítulo 4º, artigo 17, a eleição dos membros da

Mesa é feita obrigatoriamente em dois turnos, concorrendo, no primeiro, todos os candidatos e, no segundo, apenas os dois candidatos com maior votação. Conforme acordo de líderes, a votação ocorreu em turno único por haver apenas dois candidatos. O parlamentar agradeceu a seus pares pela confiança e oportunidade de integrar a Mesa, salientando que estará empenhado em atuar junto com os outros integrantes na missão de conduzir a Alesc. (GMP)



Deputado Genésio Goulart (PMDB)

Ministro garante obra na 101

O ministro dos Transportes, Alfredo do Nascimento, garantiu na quarta-feira (12), durante audiência com parlamentares catarinenses, que até o fim deste ano o governo inicia as obras de duplicação da BR-101. Nascimento também disse que está liberando, de imediato, R\$ 3 milhões para obras de duplicação da BR-280. O deputado estadual Wilson Vieira-

Dentinho (PT) participou da audiência e informou que o ministro pretende liberar todas as verbas oriundas de emendas parlamentares catarinenses, previstas no Orçamento, para melhorias em rodovias. Segundo Dentinho, o "Ministério e o governo federal têm grande simpatia por Santa Catarina pelo apoio que o governo Lula tem recebido da administração estadual". (RA)

Crise nos Cedups

(foto Jonas Lemos Campos)

Dirigentes e professores dos Cedups (Centros de Educação Profissional) dos municípios de Campo Erê, Joinville e Tubarão, que representam os 13 centros existentes no Estado, foram recebidos na manhã de quarta-feira (12), pelos deputados da Comissão de Educação. Na pauta, a crise, principalmente financeira por que passam todos esses Centros que há cinco meses não recebem recursos do governo do Estado. O assunto foi amplamente discutido durante audiência pública ocorrida no último dia 6, também na Alesc, atendendo requerimento do deputado Francisco de Assis (PT).

Os deputados da Comissão são unânimes em dizer que é necessário buscar uma solução imediata para o impasse. E já fizeram alguns encaminhamentos, como os pedidos de informações para as secretarias da Fazenda, para saber o motivo do atraso dos repasses, e da Educação, questionando qual a proposta para os Cedups. O deputado Paulo Eccel (PT), presidente da Comissão, reafirmou a convocação do secretário da Educação, Jacó Anderle, para a próxima reunião da Comissão, marcada para as 8 horas do dia 19, quando deverá fazer uma explanação sobre a polêmica que envolve os centros educacionais e sobre a falta de pagamen-



Representantes dos centros estiveram na reunião da Comissão de Educação

to dos salários dos professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário). Eccel disse também que vai convidar para o encontro os secretários da Fazenda e da Administração.

Os parlamentares esperam esclarecer os problemas que envolvem os Cedups e as possíveis irregularidades, entre elas a que foi apresentada pelo deputado Antônio Ceron (PFL) na reunião em pauta. Ele disse que recebeu denún-

cias de que em Lages o Centro está contratando ACTs (Admitidos em Caráter Temporário), que na verdade estão trabalhando nas secretarias regionais em funções administrativas. Disse ainda que, dos 25 funcionários existentes, 22 tiveram seus salários cortados pela metade, com exceção de três. "A informação que tenho é que esses três têm proteção política", disse Ceron, que prometeu empenho para elucidar as denúncias. (RMPP)

CPI da Udesc

O presidente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Udesc, deputado Paulo Eccel (PT), disse que serão de grande importância os depoimentos dos representantes da Fiepe (Fundação Instituto de Extensão e Pesquisas Educacionais) marcados para o dia 17. Os testemunhos, informou, podem sugerir ou indiciar burla a processos licitatórios e concursos públicos, já que a entidade chegou a contratar funcionários para prestação de serviços exclusivos para a Udesc.

Na tarde do dia 10, a CPI ouviu três pessoas, em reunião fechada para a imprensa devido a uma solicitação da advogada que os representa. Depuseram Rosângela de Souza, Elizabete Anderle e Paulino de Jesus, respectivamente ex e atual diretor da Fiepe, a respeito da relação entre a Fundação e a Udesc.

Conforme Paulo Eccel, o depoimento mais significativo foi o de Elizabete, que indiciou a transferência de recursos para o programa Ensino a Distância. "Ficou claro que a Fiepe funcionava como uma repassadora de recursos", explicou Eccel. (DAB)

Programa Pró-egresso

O projeto de lei de autoria dos deputados petistas Dionei Walter da Silva (PT) e Wilson Vieira - Dentinho, que prevê a criação do Programa Pró-egresso do sistema penitenciário foi discutido em audiência pública na manhã de terça-feira (11) pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL). A proposta é implantar atendimento ao ex-detento, por equipe multidisciplinar, com a finalidade de orientar e prestar assistência no processo de reinserção social. O relator da matéria, deputado Herneus de Nadal (PMDB), vai abrir prazo de 15 dias para que Organizações Não-governamentais, entidades representativas e interessados encaminhem sugestões que possam contribuir para melhorar a proposição.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) alertou sobre a inconstitucionalidade da matéria. O advogado Francisco Ferreira, represen-

tando a Ordem dos Advogados do Brasil/SC, afirmou que a Constituição Federal permite ao Estado legislar supletivamente sobre execução penal. Ele defende que a discussão deva ocorrer juntamente com entidades como Sesc, Fiesc, Senai, Rotary, entre outras, que podem oportunizar vagas no mercado de trabalho e treinamento de ex-detentos. Para o coronel Djair Vicente Pinto, da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, os resultados podem ser mais positivos com ações efetivas para impedir a reincidência criminal de jovens e da mudança do entendimento de que os Centros Educacionais e de Internamento Provisório devem ser um sistema de proteção ao jovem, que terá ali a construção de uma situação em que se evite a prática delituosa. "A partir disso, teremos que nos preocupar muito menos com o egresso", concluiu. (SD)

Casan paga ações indevidas

(foto Carlos Kilian)

A CPI da Casan ouviu mais quatro depoimentos na quinta-feira (13). Egidio Schio, agente administrativo operacional da Casan, autor de duas ações trabalhistas, uma reclamando horas extras e outra insalubridade e adicional noturno, totalizando R\$ 332.705,48 foi o primeiro depoente. A sabatina feita pelo deputado relator, Mauro Mariani (PMDB) e por Antônio Carlos Vieira-Vieirão (PP) comprovou que o sistema de controle de horas extras nunca foi confiável. "A testemunha confirmou que as horas marcadas em seu controle de assiduidade, tanto normais quanto extras, não eram verdadeiras. Portanto, houve muita mentira na Justiça. Seja por parte dele ou do advogado", observou o deputado Dionei Walter da Silva, presidente da CPI.

Schio tem mais uma ação contra a empresa, cobrando danos morais pela instalação de câmera de vídeo na ETA (Estação de Tratamento de Água) sem que os servidores fossem comunicados. O valor recebido pelos funcionários



Depoimento de Egidio Schio (à direita), funcionário da Casan em Concórdia

nas duas reclamatórias, segundo Vieira, equivalem a 2.246 salários mínimos da época, ou a 188 anos de trabalho para um servidor que recebe salário mínimo.

Elói José Finger, agente administrativo operacional da filial de Peritiba, também recebeu indenização considerada absurda pelos parlamentares, superior a R\$ 270 mil. O último a depor na 26ª reunião da CPI foi Dirceu Gavazoni, funcionário da ETA de Concórdia mas que, na

época da ação, 1999, trabalhava em Presidente Castelo Branco. O valor da reclamatória foi de R\$ 57.560,74. A testemunha declarou na CPI que recebeu R\$ 51 mil somente um ano depois, do advogado que o defendeu, José Nazário Batistella. O nome deste advogado já havia sido citado nas primeiras reuniões da CPI por supostos envolvimento com o advogado da empresa que se apropriava de depósitos judiciais que chegaram a mais de R\$ 1,3 milhão. (CA)

Crédito Rural

Concórdia quer mais recursos do Pronaf

Denise Arruda Bortolon

Aumento de recursos do Pronaf, enquadramento de acordo com a renda do agricultor para participar do programa e financiamento de máquinas agrícolas usadas, linha orgânica e abertura de crédito para a pecuária foram as principais reivindicações dos agricultores de Concórdia e região, apontadas no terceiro encontro do ciclo de seminários de Política de Crédito Rural para elaborar o próximo Plano Safra. O seminário foi realizado na quinta-feira (6), na Câmara de Vereadores de Concórdia. O debate é uma realização da Comissão de Agricultura e Política Rural da Alesc, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), atendendo proposição do deputado Dionei Walter da Silva (PT).

O deputado Pedro Baldissera (PT) coordenou o seminário que contou com a presença de Neodi Saretta (PT), prefeito de Concórdia, Santo de Lucca, presidente da Câmara de Vereadores, Idair Pedro Piccinin, secretário regional, Luiz Ademir Hessman, secretário executivo do Pronaf, além de instituições ligadas à agricultura e instituições financeiras.

Baldissera explicou que a intenção do seminário é, para junto com os agricultores, elaborar um documento com as principais reivindicações de todas as regiões do Estado, para ser inserido no Plano Safra 2004/2005. "Estamos tendo muitas dificuldades no setor da agricultura, e não é diferente para a agricultura familiar, para obter ajuda do Pronaf. Os resultados deste seminário poderão facilitar muito o acesso dos pequenos agricultores aos recursos do crédito rural". De acordo com Saretta, foram liberados cerca de R\$ 4 bilhões para a agricultura familiar. "O maior número que esta categoria já

recebeu e ainda há possibilidade de serem disponibilizados mais R\$ 1,5 bilhão".

Segundo Hessman, Santa Catarina está recebendo um montante de R\$ 250 milhões, aproximadamente, deste Programa. O secretário apontou a dificuldade que os agricultores têm de acessar o crédito no Banco do Brasil. "Os agricultores acabam buscando o financiamento de outras formas que não seja somente com o banco. Concórdia é o campeão catarinense de financiamentos com o Pronaf, com 2.800 contratos. Conforme Osvaldo Preis, gerente regional da Epagri, há a necessidade de mudar a forma de aquisição para a declaração de aptidão ao Pronaf. "Temos que fazer 2.800 declarações em um curto espaço de tempo, por esse motivo, formam-se filas enormes durante duas semanas para que os agricultores tenham acesso". Outro problema, diz o secretário, é a declaração para famílias que não se enquadram. "Este é um programa para as famílias que moram no local de produção, mas aqui existem muitas pessoas que moram na cidade e querem ter acesso a esse financiamento, e conseguem. Precisamos que os demais agricultores denunciem este fato".



Linha específica para a agricultura orgânica integra a pauta de Concórdia

(foto Solon Soares)

Fraiburgo reclama de intransigência do Banco do Brasil

Na manhã de sexta-feira (7), foi a vez de Fraiburgo discutir o assunto, sob a coordenação dos deputados Pedro Baldissera (PT) e Reno Caramori (PP). Durante o encontro, os agricultores da região reclamaram da intransigência do Banco do Brasil relativa às solicitações de financiamentos, da falta de assistência técnica, dos enquadramentos no Pronaf,

das dificuldades dos recursos chegarem até o pequeno agricultor, da burocracia na Fátima e no Ibama, da armazenagem e do seguro agrícola. O secretário executivo do Pronaf, Luiz Ademir Hessman, admitiu que os cerca de R\$ 430 milhões destinados à Santa Catarina não é suficiente para resolver todos os problemas. "É por este motivo que a Assembleia Legislativa está percorrendo Santa Catarina, pois cada região tem várias reivindicações. Mas, como não temos como resolver todas elas, vamos

fazer um levantamento das demandas de cada região e ver o que é possível se fazer".

Os agricultores de Catanduvas reclamaram do mau atendimento no Banco do Brasil. Já os de Joaçaba disseram que não estão tendo acesso às verbas do Pronaf. "Problemas como os de Catanduvas nós já resolvemos mudando o sistema no Banco, mas para os agricultores de Joaçaba temos que descobrir porque está tão difícil retirar o crédito", disse o secretário. Representando a superintendência do Banco do Brasil, Audi Carlos Gasperi afirmou que o atendimento varia muito de agência para agência e que as exigências não partem do banco, mas que já estão tentando eliminar algumas. O deputado Reno Caramori solidarizou-se com os agricultores e salientou que apresentará propostas na Alesc. "Por aqui encontramos minifundiários e pequenas propriedades, inclusive de assentamentos. E atualmente, com a estiagem que está acontecendo, há muito desespero. Aqui não há críticos e nem criticados, estamos acessando os órgãos responsáveis para que as necessidades sejam atendidas."

Objetivos

Os objetivos deste seminário são avaliar a implementação das políticas de crédito rural em SC, coletar sugestões para o melhoramento da operacionalização do crédito rural e elaborar um relatório contendo as avaliações e sugestões para subsidiar a elaboração do futuro Plano Safra do governo federal e as políticas agropecuárias desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. No próximo dia 20, o seminário estará em Lages, no dia 21 em Rio do Sul, em Criciúma será no dia 11 de junho, em Canoinhas no dia 24 de junho e no dia 25 desse mês em Jaraguá do Sul. O encerramento dos encontros está marcado para o dia 1º de julho, na Alesc, em Florianópolis.

Criação de parques

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Djalma Berger (PSDB), aprovou na reunião da manhã de quarta-feira (12) a admissibilidade do projeto de lei de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT). Pelo PL nº167/03, o Poder Executivo fica autorizado a implantar parques florestais nas nascentes dos principais

rios catarinenses, citando os rios Itapocu, Itajaí do Norte (ou Hercílio), Itajaí do Oeste, Itajaí-mirim, Biguaçu, do Peixe, Jacutinga, Chapecó, das Antas, Peperi-guaçu, Canoinhas e Negro.

De acordo com a proposição da parlamentar, a localização e delimitação dos parques a serem criados ficará ao encargo da Secretaria de Desenvolvimento Social,

Urbano e Meio Ambiente e a área mínima deverá compor uma região florestal capaz de abrigar as espécies da flora e fauna locais, permitindo-lhes a sobrevivência e preservação num dado ecossistema. "A implantação desses parques deverá obedecer a um planejamento, a ser realizado pelos órgãos ambientais do Estado", observa a deputada. (CA)



Em Fraiburgo, críticas à falta de crédito para máquinas e equipamentos

(foto Solon Soares)

Demitidos do Ciasc discutem reintegração

A possível readmissão ou reintegração dos 162 funcionários demitidos em 1992 pelo Ciasc (Centro de Informática e Automação de Santa Catarina) – 12 deles foram readmitidos por força de ação judicial – foi a pauta das discussões na audiência pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), na manhã de terça-feira (11).

A proposição foi do deputado Afrânio Boppré (PT), que convidou os vereadores Nildomar Freire Santos - Nildão e Márcio de Souza, juntamente com o procurador do Tribunal do Trabalho, Anestor Mezomo, do representante da Procuradoria Geral do Estado, Juliano Dasena, do assessor da presidência do Ciasc, Marco Antônio da Silva, sindicalistas e ex-servidores para, através do debate, encontrar caminhos que levem ao retorno dos trabalhadores à empresa. Participaram da audiência os deputados Paulo Eccel (PT) e Reno Caramori (PP).



(foto Alberto Neves)

Demitidos do Ciasc: encaminhamento para solução poderá ser político

Diante da manifestação dos representantes do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado, que consideraram existirem dificuldades para mudar o quadro pois se trata de "coisa já julgada", o direcionamento pautou-se na busca de um novo en-

caminhamento, político, se for preciso. Pode ser solicitada ao governo a anistia desses trabalhadores, a exemplo do que ocorreu com o Serpro e a Dataprev, por sugestão do ex-servidor Ronaldo Goniglio Barreto de Andrade. (CA)

Estatuto do Idoso

A partir das 15 horas de sexta-feira (14), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), promove, no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário, em Jaraguá do Sul, um debate sobre a aplicação do Estatuto do Idoso, aprovado no Congresso Nacional em janeiro deste ano. Documento elaborado durante o encontro será encaminhado às autoridades estaduais e federais.

Representante da região, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) confirmou presença no debate, assim como os integrantes do Conselho Municipal do Idoso de Jaraguá do Sul, responsáveis pela apresentação do Coral da Terceira Idade, do Conselho Estadual do Idoso, de palestrantes e de outras entidades assistenciais.

Durante a audiência, cópias do Estatuto do Idoso serão distribuídas ao público, uma vez que os brasileiros da terceira idade não conhecem por completo os seus direitos. Questões como a gratuidade de remédios e o desconto de 50% nas passagens de ônibus intermunicipais e interestaduais têm se tornado de difícil efetivação, já que empresas de ônibus entraram com uma liminar na Justiça, impedindo o benefício aos idosos. (RV)

Agenda

Dia 17, 15h - CPI da Casan
Local: Sala das Comissões

Dia 17, 19h - Sessão solene em homenagem aos 20 anos da Ajorpeme (Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa)
Local: Plenário

Dia 18, 10h - Comissão de Trabalho e Serviço Público - Audiência pública para discussão do PNAFE (Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros), do Projeto de Desenvolvimento do SIRH/SC (Sistema Integrado de Recursos Humanos para a Secretaria de Administração) e sobre os termos de contrato celebrado em face do processo de licitação iniciado pelo Edital de Concorrência nº 105/03, ambos requerendo a presença do secretário de Administração e outros convidados.
Local: Sala das Comissões

Dia 18, 19h - Lançamento do livro "Desencontro", de Paulo Leonardo Medeiros Vieira
Local: Galeria de Arte Meyer

Filho

Dia 19, 8h - Comissão de Educação - Secretário da Educação, Jacó Anderle, fala sobre a situação salarial dos professores contratados em caráter temporário
Local: Sala das Comissões

Dia 19, 19h30min - Lançamento do livro "A Saga do Contestado", de Eleutério Nicolau da Conceição
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 20, 14h - Comissão de Agricultura - Seminário Políticas de Crédito Rural em SC
Local: Câmara Municipal de Lages

Dia 20, 15h - Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência Pública "Res-socialização do Detento - Programa Pró-egresso"
Local: Plenário

Dia 21, 9h - Comissão de Agricultura - Seminário de Políticas de Crédito Rural em SC
Local: Amavi - Rio do Sul

TV AL será sintonizada pela parabólica

Como parte do projeto de ampliação do acesso da sociedade às informações do Legislativo, a partir do final de maio, a TV AL passará a transmitir o Jornal da Assembléia através do sinal da TV Executiva da Embratel. Através do satélite B1, o sinal da TV AL será enviado para antenas parabólicas analógicas de todo o Estado. Transmitido de segunda a quinta-feira, das 12h30h às 13h, com exceção das terças-feiras, quando vai ao ar das 12h às 13h30min, o Jornal da Assembléia faz a cobertura completa das atividades do Parlamento. Além de ampliar a recepção do seu sinal, a TV AL também vai interagir diretamente com os telespectadores através do telefone 0800 222 23 59, sem qualquer custo, dando oportunidade para que mais catarinenses manifestem suas opiniões e façam seus questionamentos.

TV AL na sua parabólica - como sintonizar:
Canais 13, 17 ou 19
Polarização Horizontal
Frequência: 1.200 Hz

COMUNICADO

A CCJ adiou a realização da audiência pública sobre subvenções sociais às associações de bombeiros voluntários, marcada para o próximo dia 18 de maio, para data a ser divulgada.

Conflito por terras

A indenização de terras demarcadas como indígenas e o aperfeiçoamento do Projeto de Emenda Constitucional nº 3/03, ao Artigo 148, da Constituição Estadual, de autoria do deputado Pedro Baldissera – Padre Pedro (PT), foi discutida na manhã de quarta-feira (12), em reunião presidida pelo vice-presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL). Além do autor do PEC, participaram os líderes do PP, PFL e do Governo, respectivamente, deputados Joares Ponticelli, Antônio Ceron e Herneus de Nadal (PMDB), os deputados Francisco de Assis (PT) e Altair Guidi (PP), representantes das igrejas Católica e Luterana, agricultores e indígenas. Atualmente, a legislação prevê apenas indenização das benfeitorias, situação que tem deixado apreensivos os agricultores das áreas em disputa, enquanto o PEC estabelece a indenização das terras pelo governo estadual.

O assessor jurídico do Comin (Conse-

lho de Missão Entre Índios), vinculado à igreja Luterana, Mozart Dietrich, expôs aos parlamentares solução encaminhada no Rio Grande do Sul. Legislação específica permitiu ao governo gaúcho indenizar as terras (pagamento pelas terras e despesas com reassentamentos), por meio de convênio com o governo federal, que disponibilizou 70% dos recursos necessários. Em Santa Catarina, segundo cálculos apresentados pelo Conselho, seriam necessários R\$ 30 milhões, sendo que ao governo estadual caberia disponibilizar R\$ 2 milhões ou R\$ 3 milhões por ano, como contrapartida de 30% do convênio. Mozart explicou ainda que esses procedimentos seguiriam os cri-

térios definidos pela reforma agrária, em que cada agricultor não receberia valores ou terra inferior a um módulo. “Esse é um procedimento que só pode ser feito pelo governo do Estado, uma vez que a União não pode indenizar terras (indígenas) que já são suas, mas disponibiliza recursos para o processo”.

O vice-presidente da Alesc, Onofre Agostini, propôs que haja um entendimento com os líderes partidários para que o PEC seja aprimorado e votado com urgência, de maneira a permitir alteração do PPA (Plano Plurianual) 2004/2007, a inclusão na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2005. (SD)



Reunião discutiu aperfeiçoamento de PEC proposta por Baldissera

Acompanhamento no parto

A Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), aprovou durante a reunião ordinária de terça-feira (11) o Projeto de Lei nº 177/04, que dispõe sobre a presença de acompanhante no pré-natal e no parto em unidades da rede pública credenciada e/ou conveniada com o SUS (Sistema Único de Saúde). Esse projeto foi encaminhado pelo governo estadual à Assembléia Legislativa como Projeto de Lei Complementar à lei de autoria da ex-deputada estadu-

al e atual senadora Ideli Salvati (PT/SC). O projeto da senadora, que já garantia a presença de acompanhante, foi convertido em Projeto de Lei pela Comissão de Justiça.

A conversão se fez necessária porque a Lei Estadual nº 12.133, de 12 de março de 2002, com objeto semelhante, foi suspensa através de medida liminar da ADIN nº 2002.012939-4, de autoria do governador Luiz Henrique da Silveira, que tramita no Tribunal de Justiça. (RMPP)

Constituição Estadual

A Consultoria Parlamentar da Assembléia entregou, na tarde do dia 13, quinta-feira, o projeto de emenda constitucional que ajusta a Constituição Estadual à Constituição Federal. A presidência da Casa encaminhou o projeto por ofício a todos os líderes de bancada. Na próxima quarta-feira, dia 19, às 9h30min, o presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), e os líderes partidários encontram-se para que o projeto seja assinado, seguindo assim para tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e depois para votação em plenário. (TK)

Intercâmbio

Na condição de diretor da Regional Sul da Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais), o deputado Joares Ponticelli, líder do PP na Alesc, foi o único representante de Santa Catarina na comitiva de 10 deputados que esteve em missão oficial da Unale nos Estados Unidos. A delegação esteve naquele país, de 1º a 10 deste mês, a convite da embaixada americana, atendendo a programa promovi-

do pelo Departamento de Estado. Ponticelli informou que lideranças políticas e empresariais norte-americanas propuseram o intercâmbio e trocas comerciais diretamente entre os estados brasileiros e os estados norte-americanos, uma inovação na relação EUA/Brasil. Os norte-americanos expressaram seu interesse em adquirir especialmente móveis de madeira reflorestada e sapatos. (JCR)

Viagem

Na próxima semana, o deputado Clésio Salvaro (PSDB) fará uma viagem para Massachusetts (EUA), onde moram e trabalham muitos criciumenses. O parlamentar informou que tentará criar a Casa dos Catarinenses na cidade que abriga o maior número de pessoas do Esta-

do. Salvaro lembrou que no início de fevereiro o governador Luiz Henrique da Silveira, que estava nos Estados Unidos fazendo um curso intensivo de inglês, foi convidado pelo deputado a fazer a visitar, mas por problemas de agenda o governador não compareceu. (DAB)

Aprovados

Meia entrada

O Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 149/04, do deputado Paulo Eccel (PT), que altera a Lei nº 12.570, de 4 de abril de 2003, dispondo sobre benefícios aos estudantes e menores de 18 anos para acesso a eventos culturais e esportivos.

A proposição determina que os estabelecimentos envolvidos nestes setores afixarão em suas dependências internas, em local visível em suas bilheterias, cartaz em tamanho não inferior ao de uma folha ofício (21x 29, 7 cm), comunicando que os menores, portando carteira de identidade, e os estudantes, portan-

do a carteira estudantil, terão direito a pagar meia entrada. Os estabelecimentos infratores estarão sujeitos a multa de R\$ 500 por infração por beneficiário atingido. O parlamentar justifica que, na prática, há lacunas na redação da lei que dificultam a ação dos órgãos responsáveis pela fiscalização, como o Procon e o Ministério Público: ausência de um dispositivo punitivo aos estabelecimentos. Eccel acredita que a punição e a divulgação nas bilheterias dos eventos e casas exibidoras podem garantir a aplicação da lei e dos objetivos por ela propostos. (RV)

Pareceres

Programa - Aprovado recurso da deputada Simone Schramm (PMDB), autora do Projeto de Lei 151/04, que institui o Programa de Conscientização do Câncer Infantil. O parecer contrário da Comissão de Justiça foi derrubado em plenário e agora a proposição vai para análise da Comissão de Finanças e outra de mérito, no caso, a de Saúde.

Sucos - Outro recurso que teve o aval do plenário foi o que permitiu a volta à tramitação do Projeto de Lei nº 393/03, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), que inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino sucos de frutas produzidas em Santa Catarina. A proposta do parlamentar será encaminhada às Comissões de Finanças e de Educação. (RV)

Governador

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 411/04, na sessão plenária da tarde de terça-feira (11). A matéria foi apreciada em reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça no começo da tarde, indo para apreciação em plenário em seguida. O decreto autorizou o go-

vernador Luiz Henrique da Silveira a se ausentar do país entre os dias 12 e 20 deste mês. LHS foi à Rússia e passará também pela Inglaterra, onde participa de encontros com empresários. Em Moscou, o governador acompanhou uma apresentação do Balé Bolshoi. (TK)

Um outro ponto de vista

Tatiana Kinoshita

O senso realizado em 2000 aponta que o Brasil possui 24,5 milhões de deficientes físicos, sendo que 22,7% são deficientes visuais. Porém, este enorme contingente não está à espera de uma cura milagrosa que lhe devolva a visão. Eles lutam para ser reconhecidos como cidadãos capazes de estudar, trabalhar e amar. Enfim, viver dignamente dentro de uma escuridão que também pode ser classificada de preconceito. Na tentativa de melhorar as condições de vida desses deficientes, sociedades filantrópicas surgem a cada ano. Entre elas está a Adevips (Associação de Deficientes Visuais do Planalto Serrano), com sede em Lages.

A presidente e fundadora da entidade, Jocelina Ortil Garcia, de 36 anos, ficou cega aos 25 anos em consequência de uma doença denominada síndrome de Marfan. Apesar da nova condição, Celina, como gosta de ser chamada, veio a Florianópolis para aprender o alfabeto braile, ter aulas de orientação, mobilidade e também noções de atividades da vida diária. Adaptada à nova vida, retornou ao seu município para ajudar outros deficientes. Hoje, seis anos depois, oito pessoas trabalham no

local onde funciona a Adevips, sendo que dois terços são cegos. "A Adevips tem por finalidade integrar os deficientes visuais e mostrar que eles podem fazer algo por si e pelos outros", sintetiza Celina.

São 63 associados cadastrados, 27 com mais de 14 anos, que freqüentam o local para concluir seus estudos, pois o governo estadual oferece ensino especial até esta idade. Apartir daí a educação fica por conta das associações. Eles também têm aulas de mobilidade – aprendem a usar a bengala, por exemplo – orientação psicológica e integração com a família e a sociedade. "O deficiente visual acaba usando sua condição para se acomodar e nós tentamos mudar isso, visitando as famílias e convencendo-os a freqüentar a Adevips", comentou.

Para ter melhores condições de trabalho, a Associação precisa ampliar seu laboratório de atividades da vida diária. "Precisamos montar uma cozinha completa para ensinar os deficientes, por exemplo, a cozinhar sem se queimar, e outras atividades que os tornem mais independentes e possam ter uma vida normal", disse Celina.

Dignidade através do trabalho

Inúmeras reivindicações permeiam a associação, mas a principal delas está na profissionalização dos associados, pois Lages não oferece cursos profissionalizantes para deficientes visuais. Apesar de existir uma lei federal que obriga as empresas com mais de cem funcionários a abrir vagas para deficientes, na prática isto não ocorre. "O problema é que os deficientes não estão preparados para ingressar no mercado de trabalho e as empresas não estão preparadas para recebê-los. Acabamos ficando sem opção e a nossa renda se resume na aposentadoria precoce que o governo nos paga, um salário mínimo", argumentou Celina.

A Adevips também precisa de uniformes para seus associados participarem de competições esportivas pelo Estado. "Nossa renda são os raros subsídios que o governo nos repassa, a ajuda de pessoas como o secretário do Desenvolvimento So-

cial, Urbano e Meio Ambiente, Sérgio Godinho, e a Festa do Pinhão, de onde tiramos a maior parte do dinheiro que usamos durante o ano. Mas não deixamos de realizar nossos sonhos, mesmo sabendo que, com ajuda, tudo seria mais fácil."

Cega aos 25 anos, Celina ampliou horizontes



(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Grupo teatral também foi um desafio para os que não são cegos

Além do limite

O projeto que mais orgulha Celina e sua trupe é o grupo teatral *Além dos Limites*, que está comemorando seis anos de existência e possui 18 atores. Realizado em parceria com o Sesc de Lages, que cede o local para os ensaios e o diretor, Lota Lotar Cruz, o projeto se tornou uma escola, tanto para os atores quanto para o diretor. "No início, ficamos todos com receio, afinal, ninguém tinha experiência de trabalhar com deficientes. Atualmente, cada novo ensaio é um aprendizado, pois eles me ensinaram a enxergar também com os olhos do coração", comentou Lota.

O grupo se apresenta em escolas, entidades e onde mais for convidado. A peça encenada é sobre o circo, cujo roteiro foi feito em cima de jogos e exercícios, podendo mudar a cada espetáculo.

Para Rita Cardoso Wolf, 37 anos, o teatro foi o responsável por ela ter tomado as rédeas de sua vida. "Antes era medrosa e tudo me fazia chorar. O palco me ensinou que o mundo é grande e está ao alcance de todos", afirmou. "Hoje vou a Florianópolis duas vezes por semana estudar Letras na Udesc, tenho aulas de computação e sou professora no Ceja. Ainda é pouco, quero muito mais", completou.

A exemplo de Rita, Gilmar de Lorenze, 30 anos, descobriu no teatro uma porta para conhecer o mundo. Cego de um olho e com uma pequena deficiência mental, sua vitalidade é invejável. Com segundo grau completo, também freqüenta um curso de computação. "Através do teatro estou conhecendo outras pessoas, outras cidades e a mim mesmo, cada vez mais", confessou.

Gasparini Chaves da Silva não é ator, tampouco diretor e nem deficiente visual. Ele é pai por vocação. Desde que descobriu que seu filho Erison era deficiente, sua vida mudou. Presente não apenas nas representações teatrais, este pai dedicado acompanha o filho em todas as atividades que a Adevips oferece. No final, acabou sendo adotado por todo o grupo. "Tenho convicção de que os papéis estão trocados. Erison é muito mais meu pai do que filho, porque a cada dia ele me dá uma lição de vida", afirmou.

